

Relatório de Extração de Logs de Sistemas

Processo: 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Autor/Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva (NIF 224 567 891)

Réu/Requerido: Associação Casa da Juventude, Lda. (NIF 504 321 776) e Carlos Mendes (NIF 213 987 654)

Mandatários: Dr. Luís Costa (OA 12345) – OAB/Portugal, Dra. Sofia Almeida (OA 67890) – OAB/Portugal

Juiz: Dr. António Ribeiro – Vara de Família e Menores de Lisboa

Data: 12 de fevereiro de 2026

1. Objeto do Relatório

O presente relatório tem como objetivo apresentar, de forma estruturada e tecnicamente fundamentada, o conteúdo dos logs extraídos dos sistemas informáticos da **Associação Casa da Juventude, Lda.**, relativos ao período de **1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2020**. O foco da análise incide nos **acessos a áreas restritas** e nas **comunicações eletrónicas suspeitas** entre membros do staff (designadamente Carlos Mendes) e menores vinculados à associação, em conformidade com o pedido de tutela de urgência formulado nos autos supracitados.

2. Metodologia de Extração e Preservação

Etapa	Descrição	Ferramenta/Software	Responsável
2.1	Identificação das fontes de dados (servidores de ficheiros, bases de dados, servidor de e-mail)	Inventário interno da associação	Dr. Luís Costa
2.2	Criação de imagem forense dos discos rígidos (formato E01)	FTK Imager 4.5	Perito informático – Eng. Marta Ribeiro (NIF 237 654 112)
2.3	Cálculo de hash SHA-256 para garantir a integridade das imagens	OpenSSL 1.1.1	Eng. Marta Ribeiro
2.4	Extração dos logs (syslog, IIS, Exchange, aplicação interna “Juventude-CRM”)	LogParser 2.2, PowerShell 7	Eng. Marta Ribeiro
2.5	Normalização e indexação dos registos em base SQLite para análise	SQLiteStudio 3.3	Dra. Sofia Almeida

Etapa	Descrição	Ferramenta/Software	Responsável
2.6	Preservação da cadeia de custódia (registo de data/hora, assinatura digital)	Sistema interno de controlo de evidências (SICE)	Dr. Luís Costa

Todas as etapas foram realizadas em ambiente controlado, com gravação de **logs de auditoria** e assinatura digital dos ficheiros resultantes, em conformidade com o **Código de Processo Civil (CPC)**, arts. 365.º a 369.º.

3. Resumo dos Resultados

3.1 Acessos a Áreas Restritas Foram identificados **342 eventos** de acesso a diretórios classificados como “**Confidencial – Menores**” (caminho: \\srv-juventude\dados\menores\confidencial). Desses, **27** correspondem a acessos efetuados por **Carlos Mendes** (utilizador c.mendes) fora do horário normal de expediente (entre as 20:00 e as 06:00).

3.2 Comunicações Eletrónicas Suspeitas A análise dos registos do servidor Exchange revelou **58 e-mails** enviados por c.mendes@casa-juventude.pt a endereços pessoais de menores (ex.: joao.silva1998@gmail.com). Destes, **12** continham anexos de natureza potencialmente ilícita (imagens JPEG, nome de ficheiro IMG_*.jpg).

3.3 Registos de Aplicação “Juventude-CRM” A aplicação interna registou **184 interações** do utilizador c.mendes com o módulo “**Agenda de Encontros**”. Em **15 ocasiões**, foram marcadas sessões com o menor **João Silva** fora do âmbito das atividades oficialmente programadas (ex.: “Encontro de apoio psicológico” – data 15/07/2017, hora 22:30, local “Sala 3B”).

4. Extractos de Log (Amostra Representativa)

4.1 Acesso a Diretório Confidencial

Data	Hora	Utilizador	Caminho de Acesso	Tipo de Operação	Resultado
12/03/2017	21:14:32	c.mendes	\\srv-juventude\dados\menores\confidencial\relatorios	Leitura	Sucesso\rel_2017_03.pdf
05/11/2018	02:45:07	c.mendes	\\srv-juventude\dados\menores\confidencial\imagens	Cópia	Sucesso\IMG_1234.jpg
23/06/2017	23:58:19	c.mendes	\\srv-juventude\dados\menores\confidencial\documentos	Modificação	Sucesso\relatorio_psicol...

4.2 E-mail Suspeito

Data	Remetente	Destinatário	Assunto	Anexos	Observações
15/07/2017	c.mendes@casa-juventude.pt	joao.silva1998@gmail.com	“Encontro de apoio”	IMG_5678.jpg	Conteúdo de natureza sexual explícita (ver anexo A)
02/09/2018	c.mendes@casa-juventude.pt	ana.pereira2000@yahoo.com	“Fotos da atividade”	foto_grupo.zip	Contém imagens de menores sem consentimento (ver anexo B)

Data	Remetente	Destinatário	Assunto	Anexos	Observações
19/12/2020	c.mendes@casa-juventude.pt	carla.oliveira1999@hotmail.com	Mensagem	Nenhum	Texto: “Precisamos de conversar em privado amanhã à noite” – sugestão de encontro fora do horário institucional

4.3 Registo da Aplicação “Juventude-CRM”

Data	Utilizador	Tipo de Registo	Descrição	Local
15/07/2017	c.mendes	Marcação de Encontro	“Sessão de apoio psicológico – João Silva”	Sala 3B
08/10/2018	c.mendes	Alteração de Horário	“Reagendamento para 22:30”	Sala 3B
21/01/2020	c.mendes	Cancelamento	“Encontro cancelado – motivo: ‘imprevisto’”	—

5. Análise Jurídica

1. **Violação da Obrigação de Vigilância** – O artigo 127.º do Código Penal Português prevê pena de prisão para quem, no exercício de funções de tutela ou assistência, comete abusos contra menores. Os acessos fora do horário de expediente a ficheiros confidenciais, bem como a criação de cópias de imagens de natureza sexual, constituem **conduta típica** de violação da obrigação legal de proteção.
2. **Responsabilidade da Associação** – Nos termos do artigo 483.º do Código Civil, a entidade associativa responde pelos atos dos seus administradores quando, no exercício das suas funções, estes praticam atos ilícitos. A inexistência de controlo efetivo sobre os acessos de Carlos Mendes demonstra falha grave de supervisão e de implementação de políticas de segurança da informação.
3. **Provas Periciais** – Os registos apresentados foram obtidos mediante **procedimento pericial certificado**, com cadeia de custódia intacta, cumprindo os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 382.º do CPC. Assim, os mesmos podem ser admitidos como prova documental nos autos.
4. **Danos Morais e Patrimoniais** – O acesso não autorizado a informações sensíveis e a difusão de imagens de menores geram **dano moral** significativo ao menor João Silva, bem como possíveis **danos patrimoniais** (custos de acompanhamento psicológico, medidas de proteção). A jurisprudência recente (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 12/03/2024, processo 1123/23.5T8LSB) reconhece a responsabilidade civil da entidade e do dirigente pelos prejuízos sofridos.

6. Conclusões

- **Existem evidências robustas** de que Carlos Mendes acedeu repetidamente a áreas restritas do sistema informático da Associação Casa da Juventude, Lda., fora do horário de expediente, e que enviou comunicações eletrónicas contendo material potencialmente ilícito a menores, incluindo o próprio autor da ação, João Silva.

- **A Associação Casa da Juventude, Lda.** não implementou mecanismos de controlo de acesso adequados nem monitorizou de forma eficaz as atividades dos seus administradores, configurando negligência grave.
- Os logs extraídos foram preservados de acordo com as normas forenses e são admissíveis como prova nos autos.
- Recomenda-se a **admissão imediata** dos documentos anexos (Anexos A, B e C) como prova, bem como a **concessão da tutela de urgência** para imposição de medidas protetivas ao menor e a **ordenação de auditoria externa** dos sistemas informáticos da associação.

7. Anexos

Anexo	Descrição
A	Cópia da imagem IMG_5678.jpg – conteúdo sexual explícito envolvendo menor.
B	Arquivo foto_grupo.zip – conjunto de fotografias de menores em situação vulnerável.
C	Relatório de hash SHA-256 das imagens e documentos extraídos (para verificação de integridade).

Prepared by:

Eng. Marta Ribeiro – Perita Informática (NIF 237 654 112)

Reviewed by:

Dr. Luís Costa – Advogado (OA 12345)

Este relatório foi elaborado para fins de instrução processual no âmbito do processo n.º 2023/04567, devendo ser considerado confidencial e de uso exclusivo das partes e do tribunal competente.